

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

TRANSCRIÇÃO DO 1.º ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: IMPLEMENTANDO OS DITAMES CONSTITUCIONAIS, 12.4.2018

[Clique aqui para assistir à palestra.](#)

EDNA CARDOZO DIAS: Parabéns, dr.^a Luciana. Vamos passar o próximo assunto, *Desafios à reintrodução de animais silvestres apreendidos em cativeiro irregular*, para o dr. Daniel Ambrózio da Rocha Vilela, analista ambiental do Ibama. Dr. Daniel é formado em Medicina Veterinária pela UFMG, mesma instituição na qual obteve mestrado em Reprodução Animal e doutorado em Ciência Animal.

Rocha Vilela ingressou no Ibama como analista ambiental em 2002, onde desempenha atividades relacionadas ao manejo em cativeiro e vida livre, proteção, conservação, triagem, reabilitação, reintrodução e medicina de animais silvestres. Ele é também professor universitário na Fead. Dr. Daniel, Vossa Excelência tem 30 minutos.

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: Muito obrigado. Em nome da dr.^a Edna, gostaria de cumprimentar aos colegas da mesa e agradecer o convite

ao Ibama para este encontro superimportante. A gente tem contato quase diário com as promotoras Luciana, Ana Luiza(F), Andressa, Lílian Marotta para tentar mediar alguns conflitos.

Pessoal, a proposta de reintroduzir animais apreendidos é um desafio diário para nós há pelo menos 15 anos. Vou brevemente dar uma contextualizada no trabalho que o Ibama desenvolve e, se der tempo, passar um videozinho bem ilustrativo.

O dr. Carlos falou dos serviços ambientais e da fauna silvestre, cujos retornos econômicos ou financeiros o meio ambiente pode proporcionar aos humanos em um monte de características e atributos importantes pelo valor ecológico. A fauna é essencial para manter os ecossistemas(F), valor genético, social, científico, educacional, recreativo, estético. E o Brasil é detentor da maior biodiversidade do planeta.

Aproximadamente 20% das espécies animais estão restritas ao nosso ambiente. Muitas são endêmicas, ou seja, só ocorrem aqui. Também nosso país ostenta um título que não é tão digno de comemoração: o de maior número de espécies ameaçadas de extinção, como o das aves. Isso é um sinal vermelho para as instituições que têm o dever de cuidar do meio ambiente, já que alguma coisa não está muito bem. Por que esses animais estão ameaçados?

A principal ameaça, indubitavelmente, é a opressão sobre os ambientes, a perda e fragmentação(F) do habitat. Em segundo plano, a superexploração dos recursos - e aí entram tráfico, caça, captura, apreensões. Em terceiro, o problema de introdução de espécies exóticas(F) e invasores

dentro de superexploração dos recursos naturais, bem relacionado ao tráfico.

A forma como o tráfico funciona é bem conhecida. Por meio de investigação, já se identificou que esses elementos são os apanhadores, pessoas que moram próximo à comunidade rural, ambiente onde os animais também vivem e circulam até chegar ao destino final. E o destino final, que seria o dos grandes zoológicos internacionais, não é. O destino final para a maioria desses animais do tráfico é a residência das pessoas.

Quase 90% dos animais traficados no Brasil vão para as residências. Nesse sistema perverso, o elemento-chave é o apanhador, que captura o animal mas dificilmente consegue mudar ou acrescentar alguma dignidade ao padrão de vida. Além de ambientalmente inadequado, ele é economicamente injusto. Então, o lucro, normalmente, fica mais nos comerciantes, na outra extremidade do tráfico de animais.

Esta foto aqui é de uma apreensão que aconteceu em Montes Claros. No porta-malas de um Voyage havia 914 animais dentro de caixinhas. Quando abertas, ao final de três dias, apenas cento e poucos animais estavam vivos.

Psitacídeos, papagaios, araras são normalmente retirados dos ninhos feitos na madeira, nos barrancos, e ainda filhotes são comercializados de casa em casa ou por meio de atravessadores.

O tráfico principal é o de aves. Na Região Sudeste, 95% dos animais apreendidos pertencem ao grupo das aves. No bioma amazônico, há a participação um pouco

maior de répteis e mamíferos, mas na Região Centro-Sul a predominância é de ave.

Nessa estatística de mais ou menos três anos, os passarinhos de gaiola representam 115 mil animais. O trinca-ferro é um passarinho bastante comercializado tanto legalmente quanto ilegalmente. Aliás, existe uma pressão(F) de captura gigantesca sobre ele. Os psitacídeos, os papagaios, as araras, os periquitos e essas aves de bico torto, que normalmente falam, chegam a cerca de 14 mil, ou pouco mais de 10% dos animais apreendidos.

Só que esses bichos são muito emblemáticos. Toda vez em que há fiscalização do Ibama alguém já fala: “oh, o papagaio da vovó”. Por que estou fazendo esta ilustração aqui? Porque a predominância do tráfico não é o papagaio da vovó. É a de pássaros que têm valor comercial alto, via de regra.

Existem determinações legais que impõem a destinação dos animais silvestres apreendidos. Tanto a Lei 9.605 quanto o Decreto 6.514 recomendam que os animais silvestres devem ser libertados em ambiente natural depois da apreensão. O Ibama recomenda também, no primeiro parágrafo da Instrução Normativa n.º 19, para procedimento de fiscalização, que os animais continuem sendo libertados em seu habitat natural.

A Instrução Normativa n.º 23, que regulamenta o funcionamento dos centros de triagem, também recomenda que os animais sejam soltos na natureza e aí, de fato, na estatística de alguns anos, há um percentual de animais que são soltos. A letra está pequena, mas acho que dá para ver. As primeiras três barras são representantes

do percentual de soltura dos animais, em relação aos outros destinos prováveis.

O segundo grupo é o de criadores comerciais. O terceiro, de outros criadouros, mantenedores. Resumindo, dos animais destinados a programas de soltura, entre 70% e 80% são reintroduzidos na natureza. Quais são as implicações disso? Em princípio, socialmente, a maioria das pessoas gosta de ver os animais retornando à natureza, mas a soltura tem uma série de riscos e de desafios.

O primeiro risco, o sanitário, consiste em o animal levar patógenos para o ambiente. Mas existem outros riscos: o risco de causar superpopulação e um aumento maior da opressão sobre os recursos naturais. Além disso, em cada região do Brasil pode haver um perfil genético diferente, mesmo em se tratando da mesma espécie, o que pode ter implicações na conservação.

Também o risco de morte é um argumento muito comum. Ah, mas se soltar esse animal, aí ele vai morrer. Considera-se esse risco, porém o mais desafiador hoje é a recaptura dos animais: se soltar, alguém vai pegar. E se enfrentam riscos assim. Daí, o que fazer para minimizar esses riscos ou tentar fazer com que essa soltura dê certo?

Ao estabelecer programas de análise sanitária mais eficientes, podemos entender a dinâmica populacional na natureza. Em relação à variação genética, ela pode aumentar a capacidade de adaptação do animal ao ambiente. Para diminuir a mortalidade, há um processo chamado soltura suave dos animais. O local é um viveiro, um recinto de aclimação.

Esses animais são mantidos em viveiros por tempos variados, e aí esse viveiro é aberto. Os animais saem espontaneamente à medida que se sentem seguros, confiantes. Esse processo de soltura suave é muito eficiente nos programas de soltura de animais silvestres no Brasil e no mundo. Toda soltura feita aqui em Minas Gerais é por meio dessa alternativa.

E para reduzir a recaptura precisa-se melhorar a capacidade de dissuasão do Estado, um crime de baixo potencial ofensivo que dificilmente pune efetivamente as pessoas. A propósito, a taxa de reincidência de traficantes de animais é muito alta. Alguns traficantes são pegos até dez vezes, sofrem multa, apresentam-se na delegacia, vão embora, e no outro dia voltam de novo. É preciso melhorar a capacidade da dissuasão do Estado e a sensibilização de quem compra também. Muitas vezes, a pessoa compra porque está com dó: filhotinho está peladinho, vai morrer se eu não comprar. Logo, sensibilizar as pessoas a não comprar é a melhor alternativa.

Hoje, pouco antes de vir para cá, houve uma apreensão de canário, trinca-ferro e azulão. O maior grupo de animais silvestres que chega é o de passeriformes, aves que são capturadas adultas na natureza. A armadilha é um alçapão, uma arapuca ou uma rede. Capturado e já colocado na gaiola, esse animal adulto é amansado e adaptado à gaiola e comercializado assim.

A soltura é muito fácil. Há um protocolo sanitário de reabilitação da condição física mesmo. No treino, a ave vai aprender a voar, a ter aptidão física para voltar à

natureza na qual vai ser solta. Esse grupo representa 80% das aves, e é muito fácil de trabalhar.

O nosso desafio tem sido o grupo dos filhotinhos de papagaio, de arara, de periquito. Apesar de representar aproximadamente 10% das aves, o grupo dos psitacídeos, papagaio, arara ocupa a maior parte dos nossos recursos destinados à alimentação, ao manejo.

Por quê? Normalmente são tirados da natureza ainda filhotes, sem contato com outro animal da espécie. Eles ficam em casa comendo biscoito, macarrão e girassol. Obesos e debilitados, a reabilitação sempre constituiu um desafio especial. E durante mais de dez anos no Ibama, não se fazia a soltura por causa da insegurança de colocar o bicho na natureza e ele morrer. Afinal, nunca voou.

O acompanhamento desses animais na natureza se conseguiu graças a um financiamento pequeno, de R\$ 30 mil, por meio da Fundação Boticário e de uma ONG parceira. O projeto visava a responder aos ex-estagiários do Ibama se o papagaio da vovó que está comendo macarrão, vendo televisão, girassol, pode voltar para a natureza. O consenso geral é o de que, se soltar, esse papagaio vai morrer.

Resolveu-se, pois, fazer um teste com 30 papagaios. A marcação consistiu em um sistema de rádio-colar em que se consegue identificar a localização do animal depois de solto. A área de soltura foi Pedro Leopoldo. Monitorar ave é muito difícil. Identificada, eles vão informando.

Este aqui é um dos modelos de recinto de aclimação. Trata-se de um viveiro grande, com espaço para exercitar. O Vander está mexendo na abertura

superior da porta aqui. Esses animais passaram por treinamento alimentar e a eles eram oferecidas goiabinha, frutas das palmeiras, de árvore silvestre.

Por meio da Ufop foi possível fazer treinamentos físicos e avaliações sanitárias desses animais, que permaneceram 60 dias nesse espaço de reabilitação. Depois desse período, abriu-se o alçapão para saírem espontaneamente. Geralmente tímidos, eles tinham medo... A análise comportamental deles vai sair agora numa revista internacional.

No perfil comportamental, qual sobrevive, qual é tímido ou corajoso? Conforme as pesquisas, os animais chegam à porta, querem sair, mas ficam com medo porque o ambiente externo para eles é um risco. Com o tempo, porém, eles vão saindo. Obtivemos a cobertura da mídia, mas sempre pedimos que não informassem o local, para evitar a chegada de traficantes ao projeto. E esses animais foram monitorados...

Esta aqui é uma bióloga acompanhada de assistente de radiotelemetria. Nesta foto superior à direita, que está pouco visível, nossos papagaiozinhos interagem com os papagaios nativos da região. Um casal se formou no viveiro de adaptação durante o processo de aclimação.

Aqui, um papagaio se alimenta de frutos silvestres na natureza. O fruto, que nem sabia que era comestível, é experimentado por ele lá na árvore alta. Nesse ambiente desafiador, ele, como animal silvestre, tem as condições necessárias para sobreviver, desde que sejam feitos alguns treinamentos, alguns testes, para que ele consiga se adaptar.

E qual foi o maior trunfo, nossa maior alegria nesse projeto? Depois de dois meses soltos, observaram-se alguns ninhos logo na sequência, e, um mês depois disso, registrou-se o nascimento de um filhotinho. O que isso significa? São os papagaiozinhos da vovó que iam passar a vida inteira engaiolados nas gaiolinhas 50 por 50 comendo macarrão e, de repente, livres, podem contribuir para o ecossistema e outros sistemas ecológicos reproduzindo.

Esse filhote não sobreviveu, mas os papagaios continuam lá e há registros de filhotes sendo ali alimentados. Esse projeto foi muito importante para se acreditar que um procedimento mínimo adequado pode reabilitar mesmo animais mais complexos, nessa situação mais desafiadora.

Além do retorno imediato a uma demanda do Ibama, desse projeto saiu a publicação científica *A influência do treinamento antipredação, da personalidade e do sexo no comportamento, dispersão e sobrevivência, taxa de sobrevivência em(F) papagaios* numa revista internacional de alto impacto.

Tocar um projetinho em que havia 30 papagaios com menos de um ano, mais de 50 pessoas e instituições não é barato. Entraram em campo pessoas do Boticário, do IEF, da Polícia Militar, de laboratório comercial. A equipe médico-veterinária da UFMG fez toda a análise sanitária e genética. O Marcos Morão também ajudou veterinários, biólogos.

Em média, mil papagaios são recebidos por ano, e esperamos protocolos para outras espécies. Cadastrar

áreas de soltura é um processo demorado. E as áreas de soltura são particulares! Qualquer pessoa que tiver propriedade rural e for minimamente protegida nas áreas naturais pode se cadastrar.

O grupo foi monitorado por 12 meses porque não havia mais recurso. É preciso, no entanto, acompanhar por mais tempo. Depois de um ano, eram 15, ou seja, a metade. Uma boa parte desses papagaios morreu ou foi capturada pelas pessoas que lá chegavam. Muitos, contudo, continuam nascendo e se reproduzindo.

Mesmo com a participação da Polícia Ambiental e do Ibama, mesmo com as ações educativas, as pessoas iam lá e capturavam os animais. Uma das formas de melhorar a dissuasão é ser mais efetivo na detecção e aplicação das penalidades. É preciso retirar os animais do infrator. Por quê? Porque o dr. Luciano passou informação de que há jurisprudência recomendando manter os animais com o infrator, em condições específicas.

O melhor lugar para esses animais é na natureza. Não é ficar comendo feijão, macarrão. O processo é caro. Custou mais de R\$ 30 mil, tem doação de um monte de gente. Precisamos repassar esses custos da reabilitação, da soltura, para o infrator, como forma também de dissuasão. Em vez de o cara pagar cesta básica, que é importante por matar a fome das pessoas, ele vai pagar um dia de campo para o biólogo.

Tem que obrigar essa reparação pelo infrator, já que, normalmente, o custo fica para o Estado brasileiro. Eu tenho um vídeo que resume a ação no Ibama no procedimento de soltura...

APRESENTADOR: *Imagens de apreensão de animais, principalmente aves, vítimas de tráfico. São milhares encaminhados para 45 centros de triagem em todo o país, a maioria gerenciada pelo Ibama.*

APRESENTADOR: *Agora vamos mostrar fazendas que construíram viveiros para receber esses animais por um tempo até soltá-los de volta à natureza. Os repórteres Helen Martins e Luciano Faccioli foram a Minas Gerais conhecer esse projeto.*

HELEN MARTINS: *Corujinha cheia de óleo, papagaios recém-nascidos, aves com asas cortadas. É assim que muitos animais chegam aos centros de triagem do Ibama. Estamos em Belo Horizonte e, nas duas horas em que ficamos nesse centro, acompanhamos a chegada de duas levadas de animais apreendidos.*

ENTREVISTADO: *A maioria das apreensões é por meio de denúncia anônima. A pessoa informa que o autor ou a autora cria animais silvestres em cativeiro, sem o registro. A gente se desloca até a residência, faz a constatação, apreensão, Boletim de Ocorrência e os encaminha aqui ao centro de triagem.*

HELEN MARTINS: *Segundo a lei, quem trafica ou cria animais silvestres sem autorização está sujeito a multas e a detenção de seis meses a um ano. Depois de cadastrados, os animais que chegam ao centro de triagem passam por um check-up.*

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: *A gente impede que animais doentes transmitam doença para os nossos aqui e que os portadores de doenças sejam soltos.*

HELEN MARTINS: *Quinze por cento dos animais que vêm para o centro não sobrevivem, outros 15% nunca se*

recuperam e continuam a viver em cativeiro. Esses papagaios vieram para cá com poucos dias de vida e ainda são alimentados com a seringa várias vezes ao dia. A corujinha recém-chegada recebe tratamento das mãos da veterinária do Instituto Estadual de Florestas, Érica Procópio.

ÉRICA PROCÓPIO: *O lábio dela está com óleo. Dei uma tranquilizada aquecendo uma água para lavar com detergente mesmo (para tentar tirar o máximo possível).*

HELEN MARTINS: *A beleza das penas faz do sofrê (ou corrupção) um dos mais visados por criadores. E o belo canto é um pecado do trincaferro. Aqui também há tartarugas, quati, o macaquinho chamado sauá. Com o aumento do número de apreensões, a superlotação dos centros é sempre uma preocupação.*

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: *Superlotados, eles vão aumentar conflito entre as espécies, a possibilidade de transmissão de doenças, e aí vai haver uma dificuldade muito maior de recuperar, de reabilitar esses animais. Então, à medida que a quantidade de animais apreendidos aumenta, e está aumentando, é importante que o número de solturas também aumente.*

HELEN MARTINS: *No dia seguinte, voltamos a acompanhar o Daniel até uma dessas áreas de soltura. Ele enche o carro de gaiolas, a fim de levar várias espécies. Depois de duas horas de viagem, os animais chegam a essa reserva no município de Lagoa Dourada, local em que eles vão fazer a aclimação. A reserva faz parte do Projeto Asas. A área, autorizada pelo Ibama para receber e soltar os animais silvestres na natureza, foi criada em 1992, em Minas Gerais. Hoje, existem cem em todo o país. O dono é o veterinário Maurício Rezende, professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais.*

MAURÍCIO RESENDE: Estou com 76 anos.

HELEN MARTINS: Desses, há quantos anos o senhor lida com pássaros?

MAURÍCIO RESENDE: A vida inteira eu cuido de pássaros, e isso é muito bom.

HELEN MARTINS: Pelo jeito, as aves não poderiam estar em melhores mãos. A sensação de vê-las deixar a gaiola pequena e ganhar o viveiro é de alívio. Essas aí parecem impacientes ao ver colegas saindo do confinamento. Fraquinhos, o azulão e a fêmea de coleirinha vão ficar na gaiola.

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: Um ou outro parece que sentiu mais. Normalmente, a avaliação se faz na chegada, e existem duas opções: retornar a espécie ao Ibama para tentar fazer uma recuperação ou, se a gente vir que é uma coisa mais momentânea, deixá-la no recinto de aclimação para se recuperar espontaneamente e ser solta junto com os outros.

HELEN MARTINS: Aves menores ficam no viveiro até 30 dias para que estejam em condições de sair para a natureza. Os tucanos ficam mais tempo, até quatro meses. Como são jovens, o bico ainda precisa crescer mais. Daniel e o dr. Maurício procuram agora um lugar na reserva para soltar um furão e algumas tartarugas. No caminho, olhe que belezinha o ninho com dois filhotes de tico-tico e a mamãe de olho. O primeiro a ser solto é o furão. E logo desaparece no meio da vegetação. O lago vai ser a nova morada das tartarugas, e eu recebo a honra de soltar uma delas. E aí, amiga, está feliz? E ela, já está preparada para viver bem aqui?

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: Já.

HELEN MARTINS: A área de soltura pertence ao engenheiro ambiental Vinícius Calais.

VINÍCIUS CALAIS: Nosso diferencial é a natureza, e trabalhar junto à natureza é sair sempre na frente. Esta vai ser a quinta soltura de hoje. Nós estamos para completar agora o segundo ano do projeto e espera caminhar aí...

HELEN MARTINS: Do lado de fora, já se vê muito passarinho cantando, e daqui a pouco eles vão ganhar novos companheiros. Não existe a possibilidade de com muitas solturas no mesmo ambiente se gerar uma superpopulação?

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: É um risco, mas como evitar isso? Limitar a no máximo duas solturas por ano e observar se os animais continuam concentrados na área de soltura para que não se soltem animais da mesma espécie no mesmo local.

HELEN MARTINS: Vinícius abre o alçapão, e o papagaio desconfiado fica na porta. Passa por galho pendurado do lado de fora sob o olhar dos outros ainda de dentro do viveiro. Poucas aves se arriscam. Faz 20 minutos que o viveiro foi aberto, e a maioria das aves continua lá dentro. Daniel, por que isso é tão lento?

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: Porque os psitacídeos são aves mais adaptadas ao convívio humano do que outras. A possibilidade de sair, quando percebida, traz certo receio de explorar o ambiente externo. No caso dos passarinhos, os passeriformes, são capturados adultos na natureza, e a chance de adaptação e até da saída do viveiro é muito mais rápida.

HELEN MARTINS: É o que se foi ver nessa outra fazenda em Engenho D'Água, em Ouro Preto. O agrônomo Elton Aguiar Neves faz parte do Projeto Asas há oito anos e

desenvolve também o trabalho de educação ambiental com estudantes.

ELTON AGUIAR NEVES: *É uma maneira de não só conscientizar, mas de sensibilizar esses jovens da importância de deixar os animais na natureza. Cria aquele espírito de primeiro chegar em casa e pedir a avó para soltar o pássaro. Aí o outro: “mas puxa vida, tem tanta gente ainda fazendo apreensão, criando passarinho em casa”.*

HELEN MARTINS: *As aves estão no viveiro há apenas dez dias, mas se adaptaram tão bem que estão prontas para a soltura. Com o alçapão aberto, elas saem sem medo e vão pousar nas árvores vizinhas. A partir de agora, o alçapão vai ficar aberto dia e noite para o caso de alguma ave querer voltar para o abrigo. O alimento vai ficar nos cochos, e o viveiro só vai poder receber uma nova leva de aves daqui a uns seis meses. Depois de tanto trabalho, veterinários, biólogos e benfeitores da natureza se sentem recompensados.*

ENTREVISTADO: *É uma emoção soltar os animais. Muito gratificante.*

MAURÍCIO RESENDE: *É uma coisa maravilhosa.*

HELEN MARTINS: *Mas devolver os animais silvestres à natureza é a última etapa de um trabalho que nem deveria existir se não houvesse criação sem autorização, se não houvesse tráfico, se esses animais estivessem livres.*

APRESENTADOR: *A corujinha que se viu no início da reportagem, cheia de óleo e que a veterinária estava para salvar se recuperou bem e já foi solta.*

[aplausos]

DANIEL AMBRÓZIO DA ROCHA VILELA: *É isso.*

EDNA CARDOZO DIAS: *Muito obrigada, dr. Daniel. Vamos às perguntas. Devido ao pequeno atraso, serão no máximo três.*

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [00:36:26]: *Na tua palestra, gostei muito da visão sobre os cachorros de rua. Já ouviste falar de um projeto de casinhas amarelas que teve em Bagé, na fronteira do Rio Grande do Sul? Um juiz gaúcho indeferiu o pedido do Ministério Público sobre casinhas colocadas por ONGs junto à Prefeitura para os muitos cachorros de rua. E só para explicar: no Uruguai, ou na fronteira gaúcha, cachorro de rua faz parte mesmo das cidades.*

Essa ONG fez projeto de a prefeitura colocar casinhas para os cachorros dormirem, e o Ministério Público entrou com uma ação contra, já que causaria problemas para os transeuntes, poderia atrapalhar o patrimônio histórico por ser no centro da cidade, e haveria, inclusive, riscos de zoonose. O juiz, ao indeferir o pedido, manteve as casinhas porque, além de haver um controle da Prefeitura quanto a zoonoses, havia um projeto de castração que trabalhava, justamente, a questão da educação ambiental. Então, esse exemplo interessante debatido no Rio Grande do Sul fica dentro dessa linha de atuação que tu estavas defendendo...

LUCIANA IMACULADA DE PAULA: *Sim. Na verdade, os estados do Sul estão bem mais evoluídos nessa questão faz tempo. No Paraná, há um trabalho muito consistente da prof.^a Carla, de Maringá. Os cães,*

identificados com coleira, castrados e vacinados, são colocados em abrigos por alguém responsável cadastrado na Prefeitura.

E esse cão comunitário terá que ter um perfil mais dócil, para que não haja a questão de agressões. Alguns cães são muito territorialistas e podem, por exemplo, correr atrás de motoqueiros, morder as pessoas. Na Prefeitura de Itabirito, a veterinária Laís, que é perita da coordenadoria, desenvolveu um projeto interessante sobre dois cães que viviam nas ruas, de perfil mais agressivo, até transformá-los em cães comunitários.

Ela conseguiu um adestrador que trabalhou aquela agressividade, e hoje esses cães são criados no pátio da Prefeitura, têm seus abrigos e se tornaram os artistas das feirinhas de adoção. Lembro até o nome deles: Zezinho e Zezico(F). Isso demonstra que com um pouco de afeto e técnica os animais podem ser reabilitados.

Portanto, doutora, ainda há um caminho a trilhar, já que os estados do Sul, principalmente o Paraná, estão muito na nossa frente e é preciso aproveitar o muito conhecimento que eles já acumularam.

LÍLIAN MARIA FERREIRA MAROTTA MOREIRA: Sou Lílian Marotta(F). Trabalhei muito tempo a proteção da fauna, inclusive junto com o dr. Daniel, referência nessa área e na fundamentação dos meus estudos no mestrado. Então, manifesto agradecimento ao trabalho desenvolvido pelo Ibama, que é, realmente, uma base técnica importante para o Ministério Público e para a magistratura.

Nós como promotores, como juízes, temos dificuldade de ingressar em outras áreas do conhecimento. Podemos, porém, ter resultado de muita efetividade quando há a aproximação com técnicos, por exemplo. Sem rasgação de seda, por absoluta justiça, o dr. Daniel é uma pessoa extremamente séria e compenetrada nesse assunto e juntos conseguimos devolver muitos animais à natureza. E esse trabalho da promotoria só foi possível graças a essa parceria, a essa interação.

Quero deixar também registrado que no Juizado Especial Criminal do Tribunal de Justiça, de Belo Horizonte, existe um projeto que muitas pessoas desconhecem, o Rede Judicial de Proteção, em que são devolvidos vários projetos temáticos. Então, é possível que os juízes e os promotores no interior acessem essa metodologia de trabalho dos juizados e façam a utilização de recursos, como o dr. Daniel lembrou bem. Em vez de eu mandar uma cesta básica como medida de compensação por um crime que aconteceu contra o meio ambiente, vamos guardar uma relação de pertinência. Se o crime é ambiental, então todos os recursos e ações educacionais devem ser destinados a esclarecer a população.

Em Belo Horizonte, conseguimos fazer mais de 5 mil audiências sobre educação ambiental. Na própria audiência, essas experiências podem ser compartilhadas com os colegas do interior. Sem recurso público nenhum, é possível fazer uma boa gestão dos valores devidos a partir dos crimes ambientais. Assim, não faz sentido recolher dinheiro para colocar no fundo, ele entrar no Caixa Único do Estado e, às vezes, não chegar à sua destinação final. Mas projetos de educação ambiental, de reintrodução,

como esse Projeto Asas que o dr. Daniel desenvolveu como projeto-piloto, e tantos outros, trouxeram a alegria de ver um crime ser reduzido ao longo dos anos.

Em vez de termos pilhas de processos para trabalhar termos montes de animais a mandar para a natureza é completamente diferente se, no final, se conseguir reduzir o número de ocorrências policiais. Deixo aqui registrado que, quando esse trabalho começou, em 2006, com o dr. Fernando Galvão, tínhamos cerca de mil ocorrências de fauna silvestre irregular apreendida por ano em Belo Horizonte. Hoje temos menos, muito menos. Na última estatística que olhei, menos de 300.

Quer dizer, do ponto de vista judiciário, do ponto de vista de gestão laboral, vale a pena porque se consegue reduzir o número de crimes. E imaginar que aqueles bichinhos lindos estão indo para a natureza graças a um trabalho que fazemos dentro do nosso gabinete, por si só, já se paga.

Então, faço agradecimento formal à coordenadora dr.^a Luciana, à dr.^a Edna, que foi a primeira a ir à Universidade Federal defender uma tese de doutorado sobre os direitos dos animais, sendo o seu exemplo, a sua perseverança, uma referência para todos nós.

Exemplos assim nos fazem trabalhar com um sentido a mais a fim de produzir um resultado efetivo no mundo real, pois coopera para a nossa família, coopera para os nossos amigos, coopera para os nossos netos. Parabéns.